

CAPÍTULO I - ÍNDIO: UM SER DESCONHECIDO



Fernandes (1999) tem sido ao longo do tempo a pesquisadora que melhor definiu o ser índio:

Os índios aparecem nos noticiários da televisão, nos jornais, encontramos-nos com eles pelas ruas das cidades, conhecemos alguns de seus descendentes. No entanto, quase nada sabemos sobre eles.

Em função de uma política de dominação veiculam-se imagens distorcidas sobre o índio. Não há interesse em se conhecer a realidade indígena, seus costumes, sua sabedoria, na medida em que esse conhecimento poderia questionar toda a “civilização” dos brancos.

Para alguns, o índio é selvagem, cruel, traiçoeiro. Para outros, ele é um ser puro, impregnado da inocência, característica comumente atribuída às crianças. Os que acreditam na sua pureza, idealizam-no, enquanto os que acreditam na selvageria, temem os índios. Em ambos os casos, a imagem construída a respeito dos povos indígenas é baseada em estereótipos, ou seja, idéias falsas, que igualam e colocam sob um mesmo rótulo um sem número de situações diversas.

O índio “ideal” deve ser forte, bonito, deve andar nu, não pode falar português, não deve gostar de óculos escuros, nem de beber Coca-Cola. Deve, ainda, ter lindos dentes, andar com o corpo pintado e enfeitar-se com penas. Esse é o “índio de verdade”. Saindo desse padrão imaginário, criado muito distante de toda a complexidade de inúmeras situações a que são submetidos os povos indígenas brasileiros, os índios conhecidos não são “índios de verdade”, ou então, são “índios civilizados” ou “índios aculturados”.

Nesse tipo de visão, há uma contradição evidente. Se o índio está nu, não é civilizado. É um outro ser, muito diferente de nós. Se está de roupa, adota objetos de nossa cultura, é um índio que deixou de ser índio.

De qualquer forma, não se consegue respeitar a diferença. Não se admite que podem existir povos com cultura e valores diferentes dos comuns à sociedade branca. A esse desrespeito, a essa incapacidade de compreender e de aceitar o outro, a antropologia chama de etnocentrismo.

Mas o problema principal do etnocentrismo não é apenas essa incapacidade. Justificados por esse conceito e pelo discurso da inferioridade, a “tribo” dos brancos cometeu toda sorte de violências sobre as nações indígenas: roubo de terras,

introdução de bebidas alcoólicas, estupro de mulheres, contaminação deliberada por vírus – para eles fatais – tais como: os da varíola e da tuberculose. Invade-se o território indígena, espolia-se suas terras, sob o argumento de que eles não trabalham, não “precisam de tantas as terras”.

Ora, o trabalho é universal em nosso planeta. Sem ele, nenhum povo pode sobreviver. Para que o homem possa se alimentar, sempre deve haver um tipo de intermediação entre ele e a natureza. Ocorre que a civilização branca não consegue ou não deseja entender a forma pela qual os índios se relacionam com seu território. Em primeiro lugar, a terra para eles não é uma mercadoria passível de ser comprada ou vendida: é um bem comum a todo o povo e que não deve ser delimitada pelas estacas da propriedade privada, individual.

Assim, como todos têm acesso à terra - não existe índio posseiro, grileiro, invasor – todos também têm os instrumentos para produzir aquilo de que necessitam. Embora a tecnologia indígena seja de uma natureza distinta da nossa, não pode ser considerada inferior à nossa, na medida em que é eficiente para suprir todas as necessidades de sua sociedade.

Para se compreender o funcionamento de uma sociedade indígena, não se pode ater ao critério de inferioridade ou superioridade cultural que é dado pela técnica da sociedade branca. É necessário perceber a existência de outros parâmetros. A essa postura, a antropologia dá o nome de relativização. Portanto, ser capaz de relativizar qualquer julgamento a respeito de outro povo é deixar de ser etnocêntrico.

É preciso compreender, ainda, que o fato de o índio vestir-se com roupas, adotar o machado de aço e panelas de alumínio não significa que seja menos índio. Não são os objetos adotados de nossa sociedade que transformarão uma sociedade indígena. A parte material é a mais visível e, portanto, se presta a uma constatação rápida. No entanto, existem outros setores da cultura indígena mais difíceis de serem observados e que, realmente, definem quem é índio ou não.

Há de se considerar que as sociedades indígenas, apesar das dificuldades, resistem às mudanças culturais como quaisquer outras sociedades o fazem. Acreditar que ficam como que hipnotizadas, quando conhecem elementos da cultura branca, é acreditar que são “ídolos de pés de barro”, ou seja, facilmente destrutíveis.

O empréstimo de determinados traços culturais, principalmente ao nível da cultura material, não implica na descaracterização de uma cultura. O que vai definir uma sociedade indígena enquanto tal é seu sistema político e econômico, sua religião, língua, organização familiar, sua filosofia. Esses aspectos culturais são muito mais sutis e definidores do que a simples aparência física e são eles, também, que diferenciam as sociedades indígenas de qualquer outra.

Os índios conseguiram “inventar” um sistema político, social e econômico que consegue um alto nível de integração entre seus membros, onde cada indivíduo tem um papel muito bem definido dentro do todo e onde as regras desse papel a ser desempenhado não são dadas apenas pela posição econômica, o que a difere das demais sociedades.

Nossa sociedade dá primazia aos aspectos econômico e material. É comum observar que, em geral, a vida cotidiana é determinada pela procura insana de obtenção de bens ou, então, pela mera e simples sobrevivência. Os índios definem como importante o ser humano em si. Aspectos materiais são importantes apenas para garantir que as pessoas tenham acesso, de maneira decente, à alimentação, à moradia, à educação e à saúde. O ser humano é tratado com respeito e, para isto, a tecnologia foi relegada a um segundo plano.

A teoria da aculturação, muito difundida na sociedade atual, vem sendo questionada pela antropologia desde a década de 1970. Até então, os estudos sobre as sociedades indígenas eram, em sua maioria, orientados pela teoria da aculturação.

Não cabe nesse texto colocar em minúcias a teoria da aculturação e seus fundamentos no método funcionalista. Por agora, basta explicitar algumas idéias dessa teoria que, na verdade, transformou-se num ponto de vista; a aculturação explica, não apenas, o processo sofrido pelas sociedades indígenas, após o contato com a sociedade abrangente, mas passa a ser um conceito definidor para o ser “mais” ou “menos” “índio” e é incorporado pela legislação indigenista.

De um conceito teórico, a teoria da aculturação transforma-se em discurso, em julgamento de valor, em definição de linhas políticas para conduzir a política indigenista brasileira. Passa mesmo a ser sinônimo de índio descaracterizado, de índio que perdeu sua cultura, de índio que não é de verdade.

Faz-se necessário apresentar alguns fundamentos da teoria da aculturação.

Primeiramente, a cultura é vista como um conjunto de traços – religião, economia, organização familiar, arquitetura das casas, vestimenta, etc. Em segundo lugar, admite-se que as culturas humanas, quando em contato umas com as outras, transformam-se ao longo do tempo por influências mútuas. Se o contato é muito intenso, a mais fraca perderia mais traços e, em contrapartida, receberia mais influência da mais forte, enquanto esta, conseqüentemente, exerceria maior influência sobre a outra. Na escala do tempo e, como resultado dessa espécie de troca, uma seria absorvida, assimilada pela outra, desaparecendo, portanto, enquanto sociedade.

A teoria da aculturação, na busca deste ou daquele traço perdido ou assimilado por determinada cultura não consegue compreender a dinâmica das sociedades. Nesta relação entre sociedades, evidentemente, quem perderia mais traços seriam as sociedades indígenas, pois são consideradas de maior fragilidade. E o destino final seria a incorporação, ou integração, para usar o termo do Estatuto do Índio. Por que a Antropologia abandona esses conceitos?

Abandona por um motivo muito simples: pela constatação de que inúmeras sociedades indígenas após quatro séculos de contato não desapareceram como seria previsível. Essas sociedades sofreram transformações decorrentes de seu processo histórico, mas persistiram e persistem diferenciadas da sociedade branca.

Sendo assim, a perda ou aquisição de traços não explica a persistência das sociedades indígenas, mesmo que modificadas por essas alterações.

Os Suyá do Xingu são definidos, por Seeger, como um grupo que está constantemente emprestando traços de outras nações xinguanas. São traços considerados positivos, mas apesar dessa adoção constante, o ser Suyá não se perde.

Geralmente as sociedades indígenas, para sobreviverem, têm que fazer concessões à sociedade abrangente, mas não têm se curvado a certas imposições do exterior, desde que estas signifiquem um comprometimento de aspectos básicos que caracterizam sua cultura, tais como concepção de mundo, sistema econômico, religiosidade, sistema de parentesco, dentre outros.

Os Guarani, de Mato Grosso do Sul, perderam a quase totalidade de suas

terras, não podem mais caçar ou pescar devido ao desequilíbrio ecológico da região, têm que recorrer ao trabalho assalariado para suprir necessidades que antes não tinham. Apesar disso, continuam sendo Guarani, reconhecendo-se como povo Guarani, graças à estrutura de parentesco e à língua tribal que não perderam e que serve de barreira aos brancos. Mas é, sobretudo, a religiosidade que constitui o forte elo de ligação entre os Guarani atuais.

Além disso, há que se considerar de que forma ocorrem os empréstimos de bens da sociedade nacional. Geralmente, um bem adotado por um grupo indígena sofre uma nova leitura. O que é notório, pois um objeto, quando colocado fora de seu contexto original, terá nova interpretação.

Um exemplo clássico é o da adoção do machado de aço por alguns grupos indígenas. O desempenho das ferramentas de aço é, certamente, superior às de pedra. No entanto, os índios, ao incorporarem enxadas e machados a seu sistema de produção, aproveitam para diminuir o tempo gasto no trabalho. Não utilizam esses bens para aumentar a produção, que seria a lógica de um sistema capitalista caracterizado pela produção industrial, mas para poderem dispor de mais horas para o lazer, conforme a lógica do sistema deles.

Quantos tratores, carros e caminhões existem nas aldeias, desmontados, quebrados ou mesmo inutilizados? Quantas reclamações não se ouvem, por parte dos brancos, que os índios “não sabem cuidar” dos tratores, objetos caríssimos que são colocados nas aldeias? É porque um trator, para o índio, não tem o mesmo valor, seja monetário ou utilitário, como tem para outras sociedades. Muitas vezes ele é mais desejado por se constituir um meio de transporte do que para servir para trabalhar a terra.

A antropóloga Edir Pina de Barros conta que os Bakairi usam óculos escuros mesmo à noite. Quando perguntou o porquê, um deles respondeu que as luzes da cidade ferem seus olhos e que as lentes escuras o ajudam a suportar melhor a luminosidade.

Enfim, os exemplos de reinterpretação de traços são inúmeros, mas a partir dos apresentados, é possível partir para uma reflexão sobre identidade étnica.

São os aspectos da essência de um povo que constituem e fornecem dados através dos quais se constrói sua identidade étnica. A identidade é acionada no

sentido da resistência, marcando e legitimando diferenças.

O conceito de identidade étnica ganha força a partir da década de 80 e se transforma em um conceito político importante. Isso porque a FUNAI começa a colocar em dúvida a “indianidade” de certos grupos indígenas para propor sua emancipação da tutela. Negar que determinada sociedade seja indígena significa, sobretudo, deixá-la sem proteção oficial e à mercê dos que desejam usurpar suas terras.

De acordo com Silva, identidade é:

“... sobretudo ideologia norteadora de diferentes grupos, marcando diferenças mais profundas do que aquelas a nível material, demarcando fronteiras entre grupos étnicos. Eu diria mesmo que é a identidade que impulsiona a continuação de sociedades indígenas, que lhes dá força e razão para resistir ao impacto com a sociedade nacional. Mas não se entenda identidade apenas como uma forma de identificação de si e do outro... A identidade pode ser um conjunto de representações (das relações interétnicas), mas vai muito além disso; é um complexo sistema que envolve a religiosidade, a política e outras variáveis que caracterizam grupos étnicos...” (Silva, 1982:115)

A identidade étnica, eventualmente, pode ser acionada para legitimar a dominação; os brancos se utilizam da identidade de “civilizados” para exercer a opressão sobre os povos minoritários. Com essa identidade, que carrega em seu bojo a noção de povo superior, eles se sentem no direito de usar a força, de roubar terras, de espoliar.

Não é esse o caso dos índios. Não há uma identidade de índio, a não ser como contraposição a uma outra grande “categoria”, a dos brancos. Ou seja, os índios apenas se identificam enquanto tais em confronto com os brancos, porque este é um conceito inventado pelos europeus. Cada sociedade indígena se percebe como diferente da outra, o que de fato acontece.

A identidade étnica é antes de tudo uma consciência da diferença, da consciência do processo histórico particular, da consciência de valores diferentes, da consciência da língua diferente.

Mas, uma sociedade é composta por indivíduos, que são únicos, apesar de, compartilharem a mesma cultura. Cada pessoa faz parte de um conjunto e contribui para sua sociedade de uma maneira particular.

“Todos os anos alguns tukuna morrem e com cada um, sem dúvida alguma, desaparece para sempre uma maneira absolutamente pessoal de ser tukuna. Mas enquanto os que ficam, vivos, reproduzem entre eles e outros as pautas mínimas de suas teias e tramas de trocas de bens, serviços e significados próprios do ser tukuna, não morre com os que partiram a realidade étnica deste ser”. (Brandão, 1986:150)

O “ser” Bororo é distinto do “ser” Cinta Larga, do “ser” Xavante, do “ser” branco e assim por diante. Na verdade, não existe um “ser” índio. Esse nome índio, essa categoria social é uma invenção dos europeus colonizadores. Os povos indígenas são muito diferentes uns dos outros. Os “civilizadores”, com seus conhecimentos fragmentários, tendem a igualá-los sob um único rótulo. Se são, no Brasil, 200 povos indígenas, com 174 línguas distintas, são também tantos costumes, tantos sistemas religiosos, econômicos, tantas ideologias.

Em resumo, a palavra “índio” esconde e simplifica toda a riqueza cultural e a diversidade dos povos indígenas brasileiros. No entanto, é muito difícil fugir do termo, que será utilizado, no decorrer deste estudo/pesquisa, em um sentido genérico.

Outra noção errônea e muito difundida é a de que os povos indígenas não têm história. É também uma visão etnocêntrica. Há que se mencionar que até a chegada dos europeus na América, haviam incontáveis povos aí vivendo, travando relações de paz ou de guerra. Não se consegue imaginar como estaria agora nosso continente se não tivesse havido interferência dos brancos: como estariam os Incas, os Astecas e os Maias? Como estariam os numerosos povos Tupi do litoral, atualmente extintos? E os Jê, do Brasil central? Todos esses grupos, até 1500, haviam percorrido uma trajetória histórica, não eram nações inertes.

No entanto, a chegada dos brancos alterou esses rumos, pois todas as nações indígenas passaram a fazer frente à ocupação e a invasão, dos assim chamados “civilizados”.

Mas, mesmo com o impacto do contato, diferentes grupos reagem de forma diferente. Por exemplo, os Krenakore (MT), quando se viram pressionados em seu território, por volta de 1971, dividiram-se em duas facções: uma que não desejava estabelecer o contato de forma nenhuma e outra que percebia que não havia mais condições de evitá-lo. Por caminhos que desconhecemos, a facção favorável ao contato decidiu positivamente. O destino dos Krenakore também é conhecido por todos: suas terras foram tomadas por agropecuárias e eles transferidos para o Parque do Xingu, ao lado dos Txucarramae, seus inimigos históricos. Somado a isso, ocorreu uma epidemia de sarampo, da qual sobreviveram apenas 76 pessoas.

Já os Irantxe, quando estabeleceram relações com os brancos, no início do

século passado, subdividiram-se em dois grupos. Os Mynky, dissidentes dos que eram a favor do contato, foram finalmente encontrados há cerca de 16 anos, após terem fugido sistematicamente do contato com os brancos.

Os Cinta-Larga inverteram o processo tradicional e, por iniciativa própria, procuraram os moradores do Projeto Humboldt (Aripuanã). Ofertando presentes, estabeleceram contato pacífico. Este é um caso raro, pois geralmente os índios evitam o contato, sabedores das conseqüências daí decorrentes.

Os grupos xinguanos, através de uma dinâmica própria, além das relações com os brancos, estabeleceram relações intertribais. A chamada “área do uluri” (nome de uma pequena vestimenta feminina) congrega as nações dos Kamayurá, Kalapalo, Aweti, Waurá, Mehinaku e Ywalapiti, Kuikuru, Matipu e Nahuquá. Embora com filiações lingüísticas muito distintas, pode-se falar, com tranqüilidade, em uma cultura alto-xinguana. Momentos rituais de confraternização ocorrem, freqüentemente, como por exemplo o moitará.

O moitará é uma ocasião ritual de trocas, quando cada grupo comparece com os itens de sua especialidade. Os Waurá trocam suas panelas de barro, pois são excelentes ceramistas; os Kamayurá trocam seus arcos pretos, os melhores do Xingu e assim por diante. O Kwarup também faz parte desse círculo de trocas e de confraternização; é promovido pelos Kamayurá e dedicado aos mortos, reunindo os vários povos do Xingu.

Os Asurini do Pará, vendo-se tão pressionados pelos brancos, resolveram não mais deixar que nascessem crianças. Argumentavam que não desejavam que seus filhos tivessem a infelicidade de viver no mundo que eles estavam vivendo: sem terras, sem caça e pesca, morrendo de doenças deixadas pelos brancos.

Outros, como por exemplo os Bororo, colocaram muita ênfase em seus ritos de morte.

Enfim, enquanto alguns grupos, após o contato com os brancos, sofrem processo de introspecção e se apegam muito à sua própria cultura, outros, por um período de tempo, negam-na. Mas essa negação é temporária e corresponde ao período de maior impacto do contato, quando as epidemias ainda estão matando. Mas, após um tempo, o grupo tende a reestruturar-se.

1. CENÁRIO

Figura 2: Imagens históricas dos arraiais de São Francisco Xavier, Pilar, Santana e São Vicente



Fonte: Price, 1972.

Os grupos étnicos remanescentes dos Nambiquara do Sararé e Alto rio Guaporé passaram, desde os tempos coloniais, por tentativas frustradas de pacificação. Conforme registros históricos do século XVIII, quando da fundação dos arraiais de São Francisco Xavier, Pilar, Santana, São Vicente e depois Vila Bela de Mato Grosso (Figura 2), os índios do Sararé aproximavam-se para conseguir ferramentas agrícolas, principalmente, machado de ferro, mas se recusavam a trabalhar nas aldeias e roças determinadas pelos colonizadores.

A invasão dos portugueses, foi seguida pela exploração de lavras garimpeiras no território tradicional do Sararé, com a extrusão dos grupos étnicos que ali habitavam. Infere-se daí o começo das relações conflituosas que foram intensificando, motivadas pelas políticas coloniais de preamento dos índios e pela apropriação de suas terras.

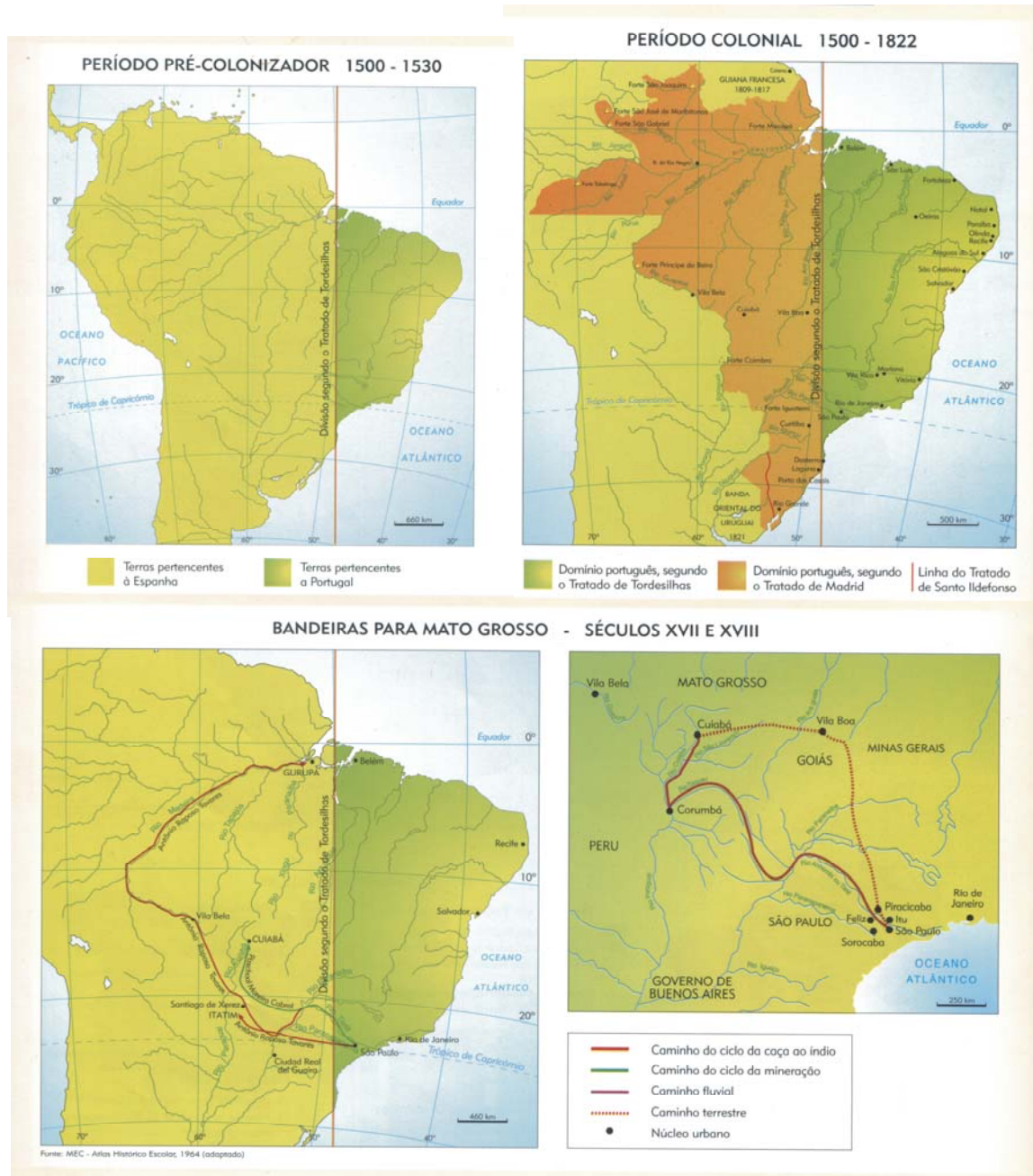
Para permanecer independentes e com altivez, os Nambiquara do Sararé, desenvolveram estratégias de fugas em seu próprio território. Historicamente, os

relatos de viajantes os denominavam de “bandos errantes de selvagens” que atacavam os arraiais até a cidade de Vila Bela e resistiam ao convívio com a civilização cristã.

Durante a República, destaca-se o esforço de Rondon e do SPI-LTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais para atrair os Katitauru. Em 1919, foi instalado, junto ao Posto da Linha Telegráfica, o primeiro Posto Indígena de Atração em Pontes e Lacerda à margem esquerda do rio Guaporé. O caminho da tropeira para Vila Bela, saía do porto de Pontes e Lacerda, transpunha a Serra da Borda e atravessava os mangabais dos Nambiquara do Sararé, passava pela lagoa da coceira e margeava o extenso buritizal do rio Sararé, todos esses lugares outrora freqüentemente usados pelos índios do Sararé. O Posto de Atração foi mudando até a foz do rio Sararé, a jusante de Vila Bela, mas não conseguiu estabelecer contatos pacíficos com os Katitauru. No entanto, a ocupação daquelas terras foi se impondo pelos brancos em forma de fazendas, restringindo novamente o uso e a ocupação indígena.

Os Katitauru após aceitarem o contato pacífico (1960) com segmentos da sociedade nacional – missionários, fazendeiros, peões regionais, funcionários da FUNAI, madeireiros e palmiteiros – foram passando gradativamente da condição de autônomos em seu território a de dependentes de bens materiais originados externamente, e de serviços prestados por não índios. Desta época em diante foi-se instalando as primeiras agropecuárias avançando sobre a área de uso indígena que até então não tinha terra delimitada oficialmente. No rastro desta ocupação os pioneiros construíram estradas, fazendas, sítios e assentamentos fundiários trazendo para a região um contingente desordenado de imigrantes e, com eles, desconhecidas e dizimantes epidemias como o sarampo, gripes, malária e tuberculose.

Figura 3: Mapas da construção do território brasileiro.



Fonte: Atlas Geográfico do Mato Grosso, 2001.

A ocupação brasileira (Figura 3) incrementou derrubadas, pastagens e explorações de recursos naturais em lugares tradicionais dos Nambiquara do Sararé. Estes foram obrigados a conviver com as mudanças em suas terras e, aos poucos, também com o deslocamento forçado de suas aldeias para não dividi-las com pastos cheios de gado. As derrubadas e pastagens, em grande parte, foram

feitas com desfolhantes químicos e com semeadura aérea de capim. Assim, os índios iam perdendo terreno para um modo de ocupação que, além de lhes tomar a terra imemorial, degradavam-na. Conseqüentemente deixava-os cada vez mais pobres, debilitados e dependentes dos invasores.

A política assistencialista oficial, ao manter o paradigma paternalista de atendimento aos índios, contribuiu sobremaneira para o desequilíbrio da economia indígena. As relações interculturais que se seguiram, ainda que algumas pautadas pela intenção de proteção e ajuda, não levaram em conta a necessidade de reorientar a economia indígena pós-contato. Assim, a atração dos índios foi iniciada com presentes, brindes, trocas e quando interrompida não houve um programa de transição que reorientasse a economia indígena pós-contato. No lugar de promover a autodeterminação sócio-econômica, o modelo assistencialista continuou paternalizando os índios.

Neste contexto, os Katitauru mudaram de suas tradicionais aldeias para ficarem mais perto dos novos provedores de bens e serviços, fossem os missionários ou os novos posseiros que chegavam para ocuparem o território indígena. Mesmo as epidemias que assolaram os índios não provocaram seu retorno aos lugares tradicionais de onde saíram para buscar assistência para saúde, pois a sobrevivência quase sempre vinha com remédios e rituais desconhecidos aplicados pelos não índios.

Nos anos 70, a população do Sararé sofreu intensa dizimação, em conseqüência de epidemias e confronto com invasores. O sarampo vindo com “levas” de peões trazidos pelas agropecuárias se alastrou pelas aldeias dos Katitauru, exigindo uma conjunção de esforços institucionais para o salvamento de emergência; com uso de helicópteros da FAB, voluntários da Cruz Vermelha, equipe ‘volante’ de saúde da FUNAI e pessoal da Missão Cristã Brasileira. Os sobreviventes, menos de 50 pessoas, estão hoje em ascensão demográfica quase dobrando a população. No entanto, a pirâmide populacional nestas últimas duas décadas refletiu em um contingente humano majoritário de crianças e jovens, 65% com menos de 15 anos, o que explica, em parte, a baixa altivez do grupo indígena para fazer frente às adversidades sofridas nos últimos anos.

Nessa conjuntura, a FUNAI em 1974, cedendo à pressão econômica das agropecuárias instaladas no Vale do Guaporé, transferiu em aeronaves, os grupos

indígenas Manairisu, Hahaïtesu e Waikisu, tradicionais adversários dos Katitauru para a então área interdita Sararé. O fracasso dessa transferência, com a volta a pé dos transferidos, em 1975, resultou em acirramento dos conflitos interétnicos e, mais uma vez, ameaçou a sobrevivência física e cultural daqueles grupos indígenas.

Isto posto, é compreensível que o modo de ocupação Katitauru tenha se concentrado nas proximidades das casas dos agentes de contato (Fazendas, Missão e/ou FUNAI). Contudo isso, tal estratégia além de expô-los a novas dependências e conflitos intergrupais, também deixou suas terras vulneráveis às invasões seguidas de explorações dos recursos naturais.

No final de 1985, com o financiamento do Polonoroeste para o asfaltamento da BR 364/174 Cuiabá-PortoVelho, que mudou o traçado original da Chapada dos Paresi para passar no Vale do Guaporé, BR 174, bem na área central do território remanescente de diversos grupos Nambiquara. Houve, nessa época, um movimento indigenista pró-Nambiquara, a nível nacional, em favor da garantia de demarcação das áreas indígenas existentes na área de influência da referida BR.

A FUNAI enfrentando, novamente, a resistência de agropecuaristas que já estavam ocupando áreas das terras indígenas no Vale do Guaporé e Sararé, realizou a identificação fundiária, mas teve que contratar os serviços topográficos do Exército para conseguir concluir a demarcação das Terras Indígenas Vale do Guaporé e Sararé.

Na Terra Indígena Sararé, as três grandes agropecuárias do entorno, Florêncio Bonito, Sapé e Kananxué, resistiram em reconhecer a identificação fundiária e a demarcação, sendo necessária a implantação definitiva do Posto Indígena Sararé (1983), inaugurando assim a presença contínua da FUNAI junto aos Katitauru. De cada uma dessas agropecuárias ficou parte de pastos na área demarcada, pois era estratégia delas, antes da regularização fundiária, semear capim até nas aldeias e roças dos índios para forçá-los a se afastarem para longe das sedes das fazendas em formação.

Nas aldeias do Vale do Guaporé foram realizadas diversas reuniões com os índios para definir medidas de proteção ambiental, sendo, na época, confirmadas manifestações das principais lideranças Nambiquara contra o ingresso de

exploradores de madeira e de minério em suas terras. Desde então ficou evidente que os índios buscavam apoio para voltarem a ter autonomia em suas aldeias.

Entretanto, durante o biênio 1986-87, o então presidente da FUNAI, Romero Jucá, autorizou a exploração madeireira em terras indígenas, sendo que a TI Sararé e sua vizinha a TI Vale do Guaporé foram alvos, sem a anuência indígena local, da execução de contratos para exploração de mais de 40.000 metros cúbicos de madeira. A extração de madeira de lei (principalmente mogno e cerejeira) teve início sem que a FUNAI regional tivesse preparo técnico e capacidade instalada para monitorar a nova atividade. Afora a intensidade com que foi irrompendo a extração madeireira, abertura de estradas e a exploração clandestina fora dos contratos também veio à tona o envolvimento de servidores públicos nos negócios com madeira de áreas indígenas.

A resistência nativa custou algumas mortes de lideranças e a fiscalização oficial se mostrou inadequada. Em 1988, ocorreu a intervenção do Ministério Público Federal que embargou todos contratos de extração e venda de madeira de áreas indígenas. Não obstante a suspensão legal dos contratos, a degradação ambiental junto à extração de madeira e o aliciamento de índios continuou acontecendo, só que agora considerada ilegal.

A política indigenista, antes da Constituição Federal de 1988, preconizava a integração do índio brasileiro e sua emancipação. Hoje, o preceito constitucional está sinalizando para o respeito às diferenças étnicas e para o direito à cidadania brasileira que os índios passaram a ter sem precisar se emancipar.

Todavia o novo modelo indigenista ainda está iniciando no processo de apoiar a reestruturação da economia indígena pós-contato, orientar os Katitauru em sua convivência com a sociedade nacional, sem exclusão de sua identidade cultural e também do usufruto legal de suas riquezas, ou seja objetivando reverter a dependência de bens e serviços e o empobrecimento tanto individual quanto coletivo. Entretanto, existe um caminho de transição a ser trilhado entre o assistencialismo imposto aos índios e o soerguimento de uma nova economia indígena nas aldeias.

A TI Sararé, mesmo estando demarcada foi invadida diversas vezes na década de 1990, algumas invasões contaram com o aliciamento de índios locais,

porém a maior parte delas foram feitas a revelia indígena. Os invasores do Sararé cooptaram os Katitauru para morarem todos em uma só aldeia, forjando a desocupação indígena da parte da reserva a ser explorada pelos madeireiros e garimpeiros.

Ao invés de integrar os índios na atividade econômica, a ponto de lhes proporcionar conhecimentos sobre custos, gastos, renda e/ou poder aquisitivo, os exploradores clandestinos (madeireiros e garimpeiros) preferiram torná-los apenas consumidores do que não produziam na aldeia. E desta forma, mantinham os índios dependentes do sistema de exploração ilícita de suas riquezas. Tal estratégia incluía também estímulos a que os Katitauru se ocupassem em consumir alimentos comprados na cidade no lugar de continuar com a dieta tradicionalmente conseguida pelos índios na sua reserva. Propositadamente os invasores intensificaram o consumo de bens externos às aldeias, ofereceram condições para alienar e distrair os Katitauru expondo-lhes à frente de televisores com antenas parabólicas ligados diuturnamente na aldeia. Carros e motos foram emprestados para os índios acobertarem os madeireiros e garimpeiros de eventuais fiscalizações.

O aliciamento dos Katitauru pelos madeireiros chegou a tal proporção em 1993, que impediu a FUNAI de prestar assistência local aos índios e de permanecer na reserva. Essa situação foi revertida com intervenção da Polícia Federal apoiando a FUNAI Regional de Cuiabá. A operação de resgate foi acrescida por apreensão de madeiras, maquinário e madeireiros. A madeira apreendida foi a leilão em 1995 e o recurso financeiro apurado ficou, desde então, depositado em juízo pela Justiça Federal de Mato Grosso.

Em novembro de 1996, próximo à aldeia do então Posto Indígena Sararé, no dia em que o funcionário responsável estava fora, 14 Katitauru, incluindo crianças e dois líderes de grupos locais foram tocados, espancados e usurpados de seus pertences por invasores encapuzados. Os índios reconheceram como sendo alguns de seus, até então “amigos madeireiros e garimpeiros”.

Esse acontecimento marcou a decepção dos índios do Sararé contra seus aliciadores e possibilitou a FUNAI, juntamente com instituições federais e estaduais, desintrusar aproximadamente 8.000 garimpeiros e madeireiros que, naquela época, exploravam e ocupavam grande parte da TI Sararé. Durante um ano foi mantida

duas barreiras de fiscalização ostensiva e interinstitucional nos limites sul e norte da reserva Sararé.

A partir de 1997, concluída a retirada dos invasores, a FUNAI ficou entre promover a recuperação ambiental das áreas degradadas pelos garimpeiros ou buscar, com os índios do Sararé, a reocupação territorial. Esta última opção prevaleceu, pois a primeira já havia sido tentada sem sucesso no primeiro biênio da década 90, estando seus resultados associados à reincidência de garimpeiros no entorno e no interior da TI Sararé.

A reocupação indígena de áreas tradicionais da reserva contribuiu desde o início para reverter as fiscalizações esporádicas coibindo reincidências de invasores para uma vigilância mais permanente feita pela ocupação estratégica dos índios com novas roças, aldeias e áreas de caça e coleta. Aproveitar a distribuição espacial de antigas aldeias, trilhas de perambulação, tradicionalmente utilizadas e necessárias à subsistência desses índios, compôs um ambiente favorável ao crescimento da auto-estima dos Katitauru.

Com recursos do Prodeagro – Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso, a Administração Executiva Regional de Cuiabá elaborou-se e executou-se o PAS – Plano de Apoio ao Sararé. Num primeiro momento as atividades foram voltadas para proteção e vigilância da reserva indígena. Em seguida, por intermédio de parceria com a ONG Opan – Operação Nativa, o PAS produziu um diagnóstico da situação sócio-econômica na reserva após a degradação ambiental provocada pelos garimpeiros e madeireiros. Foram propostas alternativas ao atendimento de Educação, Saúde e Atividades Produtivas com a participação dos Katitauru. No entanto, a não regularidade de liberação de recursos do Prodeagro impossibilitou a implantação integral do PAS, o que significou atender prioritariamente no campo da proteção fundiária e, precariamente, nos demais atendimentos.

A retomada do convívio amigável entre FUNAI e os Katitauru foi determinante para efetivar a reocupação de três novas aldeias, dispersando parte da população da aldeia central, reduzindo, com isso, os conflitos internos entre os grupos, aumentando a providência natural de caça, pesca e coleta, incrementando novas roças e, como conseqüência, diminuindo o consumismo imposto pelos invasores e

construindo, paulatinamente, condições favoráveis para melhoria da qualidade de vida nas aldeias.

Para consolidar ainda mais a retomada indígena com novas aldeias, o PAS acrescentou (1999) uma parceria com a ONG Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico, através do Projeto Palmeiras. Este projeto retomou alguns estudos sobre os impactos ambientais e econômicos no Sararé e concluiu por implantar na aldeia Nova Serra da Borda, um viveiro de palmeiras (açai, jussara e pupunha) para produção de palmitos, frutos e matéria prima para malocas e artefatos. Na continuidade, seguiu-se o inventário para o manejo de palmito nativo e replantio com fins de começar a atender uma demanda indígena geração de renda.

O PAS fomentou a criação da Associação Indígena Sararé para continuar o processo de reestruturação sócio-econômica e territorial. Todavia o financiamento do Prodeagro ao PAS, atualmente interrompido, tem previsão de ser finalizado no ano de 2004, e os Katitauru estão reivindicando que a equipe indigenista continue apoiando-lhes. Daí a preocupação com a descontinuidade da implementação básica iniciada pelo Projeto Palmeiras que também estará finalizando a aplicação financeira local em agosto próximo. Sendo assim, para estar, na próxima etapa, Educação Ambiental e Economia Indígena, o Projeto Palmeiras reivindica maior participação da Associação Indígena Sararé e da Fundação Nacional do Índio.

Por outro lado, desde 1997, a FUNAI vem preparando os *Katitauru* para desvencilharem-se do consumismo desenfreado incentivado pelos invasores (madeireiros e garimpeiros). Em alguns momentos, jovens do Sararé manifestaram vontade de aprenderem a garimpar e não ficarem mais dependentes dos invasores. Porém, a comunidade foi orientada de que ainda não era oportuno essa exploração local, haja vista a existência de outras potencialidades na reserva menos impactantes para o ambiente deles tais como: o reaproveitamento silvopastoril das pastagens existentes, considerando que alguns Katitauru estavam iniciando na lida com gado e animais de montaria. Da participação dos Katitauru na fiscalização e desintrusão de palmiteiros, a comunidade indígena passou a reivindicar apoio para ela mesma explorar o palmito nativo. Dessa reivindicação se formalizou e implantou o Projeto Palmeiras, que vem se organizando para repassá-lo integralmente para a Associação Indígena do Sararé. Também foi implantada uma rede de acessos

internos a todas as novas aldeias, facilitando o atendimento para saúde, este feito atualmente pela Funasa e conveniada.

Reuniões com a Missão Cristã Brasileira de Vila Bela-MT, estabelecida na reserva desde o início do contato nos anos 60, resultaram que a Escola Indígena Sararé, oficializada hoje pelo novo município (1999/2.000) de Conquista do Oeste-MT, sob os cuidados de professores missionários, participaria no processo de consolidar informações sobre reocupação indígena na reserva e gestão da Associação Indígena Sararé.

Mesmo com toda dilapidação de recursos naturais que já houve na TI Sararé ainda existe ouro aluvionar e madeira de lei em quantidade suficiente para manter a cobiça dos exploradores clandestinos e o assédio destes para aliciar novamente os índios. Atualmente, a proximidade do asfalto, a facilidade de acesso e a impunidade de muitos exploradores da terra indígena vizinha - TI Vale do Guaporé - tem provocando tentativas de novas invasões no Sararé.

É oportuno fortalecer a capacidade indígena de uso e ocupação de sua terra. No caso do Sararé, é premente que se crie condições internas de valorização da comunidade Katitauru no desenvolvimento de propostas com perspectivas de gestão indígena da terra e da economia pós-contato. Concomitante, os parceiros indigenistas dos Katitauru carecem urgentemente, de condições básicas e regulares para estruturarem um projeto com características de se contrapor ao esbulho do patrimônio indígena e ambiental. Diante da realidade regional se destaca dois cenários para os Katitauru:

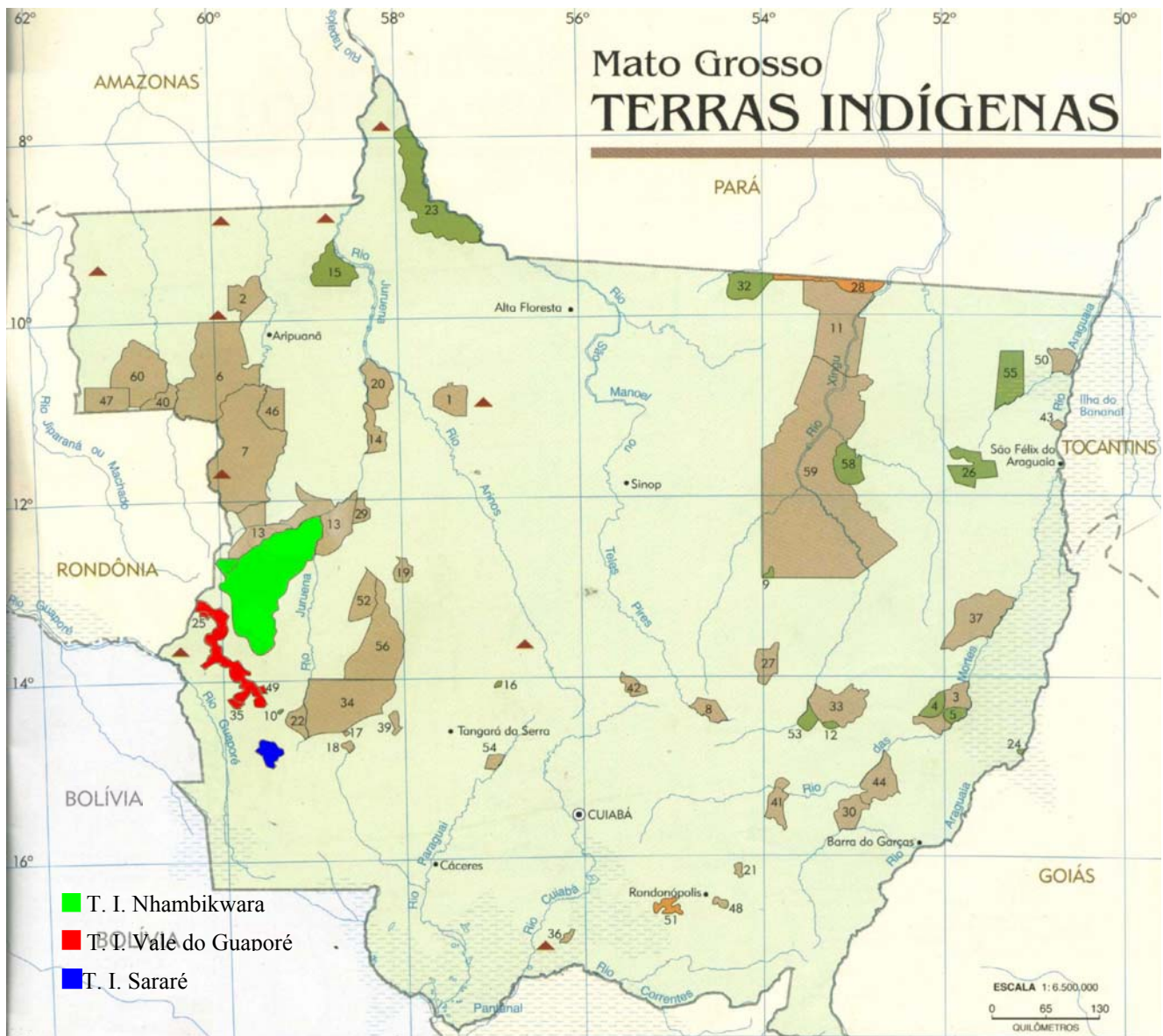
- no interior da TI Sararé, um processo de valorização de seu modo de vida e de seu habitat, abrindo-lhe expectativas para a reestruturação sócio-econômica;
- no entorno da TI Sararé, ocupação econômica que exclui o índio do processo de desenvolvimento, enquanto beneficiário, e ainda expropria-lhe as riquezas naturais.

Na medida em que vai diminuindo o ouro aluvionar nas cercanias, principalmente a 70 km do Sararé, na lavra garimpeira da Serra São Vicente, onde foi assentado um contingente parcial de garimpeiros retirados da reserva, paira na região uma ameaça de reinvasão engendrada por assediadores dos índios.

Faz parte do aliciamento denegrir as instituições oficiais que apóiam os índios como se apostasse no fracasso de qualquer proposta que pudesse valorizá-los como gestores de seus projetos. Os esbulhadores do Sararé interessam manter os Katitauru subjugados à exploração ilícita, pois esta é uma maneira de ter lucro fácil e ainda propagar que estão civilizando os índios, pois na opinião da maioria dos regionais “os índios precisam virar logo brasileiros e não impedirem o desenvolvimento de suas terras”.

1.1. Caracterização da área

Figura 4: Terras Indígenas do Mato Grosso



Fonte: Atlas Geográfico do Mato Grosso, 2001.

No início dos anos 70, após a abertura da BR 364, Cuiabá-Porto Velho, a exploração do território indígena por agropecuárias e madeireiras provocou a destruição de ecossistemas, perda de biodiversidade e o contágio de doenças que reduziram substancialmente a população indígena, sendo necessária a intervenção do Governo Federal para que o grupo não fosse dizimado.

Na década de 90, após sofrerem a pressão de madeireiras, que invadem a reserva, para extrair o mogno e outras espécies de valor, ocorre também a invasão por garimpeiros, sendo que, ao final do 1996, estimava-se um número de 8.000 invasores dispersos em 11 lavras clandestinas na Terra Indígena Sararé (Figura 4). A partir de 1997, uma ação conjunta de Instituições Federais, Estaduais, Municipais e ONGs permitiu a retirada em massa dos garimpeiros, que em parte foram assentados a 75 km da reserva. Sendo relativamente próximo e eminente a possibilidade de reincidência das invasões considerando que o ouro de aluvião está acabando fora da reserva indígena.

A exploração garimpeira, além de esbulhar o patrimônio indígena e ambiental, poluiu vários mananciais de água com mercúrio; provocou a degradação de reservas importantes de caça, pesca e coleta indígena. Restringiu a perambulação dos índios na reserva, sitiando-os próximos de suas aldeias.

Parte do território tradicional dos Katitauru, com 67.419,51 hectares(Figura 4) foi reservado e demarcado para ocupação e usufruto exclusivo dos índios, nos municípios de Pontes e Lacerda (a 50 km) e Vila Bela de Mato Grosso (a 75 km). A área está localizada entre o rio Sararé, a BR 174 e a Serra da Borda, limitando com agropecuárias e pequenos sítios no entorno.

Um terço da reserva é de cerrado, incluindo parte da Serra da Borda/São Vicente e o restante é de mata/floresta com “mato grosso” e terra fértil (argila-humus). Tanto o cerrado quanto a mata são exuberantes em frutos e matéria prima utilizado pelos índios, tais como o pequi, mangaba, bocaiúva, tucumã, bacuri, murici, cagaita, marmelos, ingás, jatobá, caju, sapoti, maracujá, araticum, açaí, bambu, cajamirim, plantas medicinais e venenos. A caça ainda é abundante. O gengibre é nativo nas matas e o assafrão nas capoeiras. A pesca foi recentemente afetada pelo garimpo de aluvião em grande escala nas encostas da Serra da Borda.

As roças são por famílias extensas. Plantam tradicionalmente variedades de milho saboró (fofo), variedades de mandioca, carás, inhames, batata doce e etc. Assimilaram dos escravos coloniais o hábito de plantar espécies de banana, cana-de-açúcar, fumo e algodão. Além de toda esta riqueza existem na área aproximadamente 1.400 hectares de pastagem artificial, distribuída em três lugares remanescentes de expansões das fazendas sobre a terra indígena.

Atualmente os Katitauru estão morando em quatro aldeias dentro da terra demarcada. Na maior delas está instalado o Posto Indígena, a Escola e a Enfermaria.

A população indígena, pelo censo de 2000, é de 95 indivíduos com expectativa de novos nascimentos. O crescimento populacional vem se recuperando após a última epidemia de sarampo em 1971, quando sobreviveram pouco mais de 3 dezenas de pessoas.

Quadro 1: Censo demográfico da Terra Indígena Sararé – 95 pessoas

	Masculino										Faixa Etária	Feminino												
	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2		1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11
03																								00
00																								00
02																								02
00																								01
02																								03
00																								00
00																								04
02																								00
00																								02
06																								09
10																								07
08																								09
11																								10
43																							48	

Fonte: Censo FUNAI, 2000.

A população está distribuída nas seguintes faixas etárias:

- total masculino de 45 indivíduos, sendo 30 menores de 15 anos, 07 de 16 a 25 anos, nenhum de 26 a 40 anos e 08 com mais de 41 anos;
- total feminino de 50 indivíduos, sendo 34 menores de 15 anos, 06 de 16 a 25 anos, 06 de 26 a 40 e 04 com mais de 41 anos.

Verifica-se que 66% da população têm menos de 15 anos e está iniciando a compor a faixa produtiva na aldeia e na comunidade, espera-se doravante um crescimento da altivez do grupo indígena (Quadro 1).

1.2. Contexto geo-ambiental da Terra Indígena Sararé

Segundo subdivisão do Estado de Mato Grosso por Sanchez (1992) *apud* ECP (1997) em 9 eco-regiões, a área estaria compreendida na ecoregião das Florestas Subcaducifólias das Baixadas do Sudoeste de Mato Grosso. Estas baixadas denominadas Depressões do Guaporé associam numerosas feições de topografia e aspectos morfoestruturais contrastantes como a Serra do Roncador, Ricardo Franco, de São Vicente e seus prolongamentos em forma de crista, representadas pelas serras da Borda, do Cágado, Aguapei e do Caldeirão.

Principalmente no setor sudoeste da ecoregião e nas formações serranas, a região apresenta paisagens com fitofisionomias de Savanas e de Floresta Decidual. Esta situação responde à presença de diferentes formações superficiais que associam elementos morfoestruturais e litológicos, que contrastam fortemente com os fatores reguladores das características ambientais das baixadas.

Com referência às áreas dos rios Galera, Sararé e Guaporé e córregos Casarão, Areia e Cabeceira, inserida entre os paralelos 13°45'S e 15°30'S e meridianos 59° W e 60° W, há o destaque para as tipologias específicas de formações savânicas e florestais, sendo neste último caso, encontradas apenas aquelas pertencentes à Floresta Estacional (ECP, 1997).

A Terra Indígena Sararé (Figura 5) está localizada entre os paralelos 14°26'59" e 14°59'52" de latitude Sul e os meridianos de 59°39'54" e 59°19'48" de longitude Oeste, apresenta formações vegetacionais de Floresta Estacional e Cerrado, que

alternam-se entre si de acordo com as variações climáticas, pedológicas e geomorfológicas (Santos, 1997). A sobreposição de Unidades de Conservação sobre as Reservas Indígenas será fundamental para aumentar a eficiência na proteção e fiscalização destes remanescentes naturais (Araujo *et al.*, 1998).

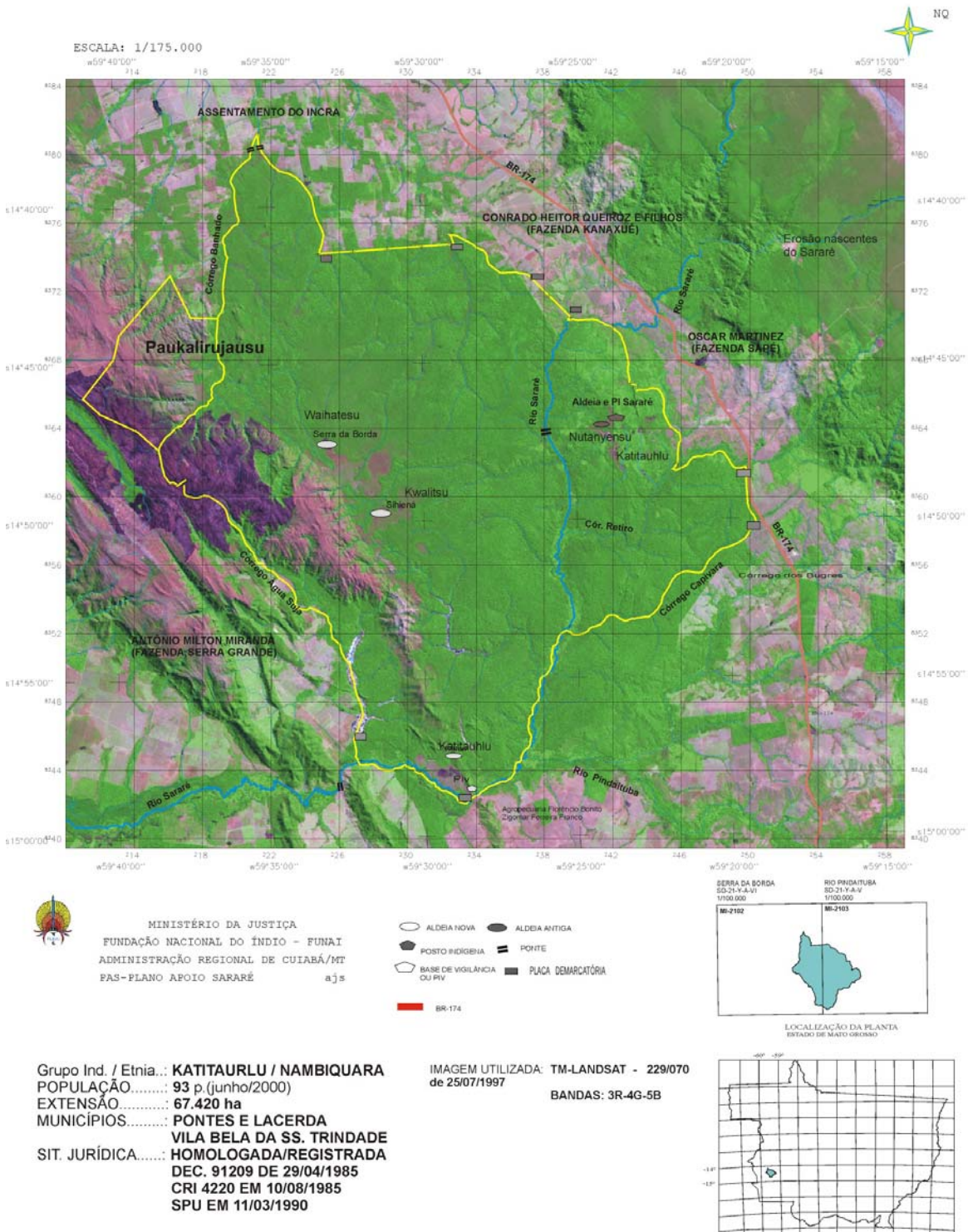
A topografia é variada, com regiões pantaneiras, baixadas planas e alguns espigões, entre eles a Serra de São Vicente do Borda, que corta o município de Pontes e Lacerda. A extração e beneficiamento de madeiras nobres sem o devido reflorestamento proporcionam uma rápida devastação. Nas áreas de pasto são comuns as queimadas e o uso de desfolhantes. O acesso às áreas de mata foi facilitado por estradas vicinais propiciando a ocupação por grileiros e madeireiros (Polonoroeste, 1990).

A classificação climática mais utilizada é a de Köppen por se basear na quantidade e distribuição anual da precipitação, e nos valores médios de temperatura mensal e anual, segundo a qual a bacia do Alto Guaporé está enquadrada no clima tipo Aw. O tipo climático A é o tropical úmido, com temperatura média, num mês mais frio, nunca inferior a 18°C e o subclima seco associa-se ao regime anual das precipitações e corresponde ao inverno seco, com precipitação média do mês mais seco inferior a 60 mm, sendo este o tipo de clima de toda a região Centro-Oeste, climaticamente homogênea quanto à marcha estacional da precipitação.

As condições térmicas regionais são comandadas pela posição continental e extensão latitudinal, relevo em sistemas de circulação atmosférica. Em função da variação latitudinal e da posição em relação à passagem de correntes de ar frio de origem polar, durante a primavera/verão, as temperaturas se mantêm constantemente elevadas, principalmente na primavera, ocasião em que o sol passa pelos paralelos da região dirigindo-se para o Trópico de Capricórnio e a estação chuvosa ainda não teve início. No inverno são registrados tempos estáveis, grande secura do ar, amplas amplitudes térmicas diárias e elevadas temperaturas. Entretanto, freqüentemente ocorrem baixas temperaturas resultantes da ação direta da Anticlone polar que origina o fenômeno de friagem e cuja duração é de 2 a 3 dias. As características regionais das chuvas máximas no verão e mínimas no inverno se devem, quase exclusivamente aos sistemas de circulação atmosférica (Maitelli, 1994).

Figura 5: Terra indígena Sararé

TERRA INDÍGENA SARARÉ



Fonte: FUNAI, 2001.

Devido às diferenças do relevo, sua posição continental e latitudinal e à dinâmica dos sistemas de circulação atmosférica, o comportamento térmico desta microregião Alto Guaporé onde está situada a reserva, apresenta-se bem variado. Nas maiores altitudes da Serra dos Parecis e das outras serras isoladas localizadas em Vila Bela da Santíssima Trindade, domina uma temperatura média anual inferior a 24°C, sendo que a máxima gira em torno dos 36°C. No inverno, registram-se também mínimas absolutas de 0°C, principalmente na serra Ricardo Franco, onde a temperatura pode chegar abaixo deste valor. Através das características técnicas e pluviométricas acima, deve-se reconhecer para a microregião, apenas um domínio climático Tropical Semi-Úmido com uma estação chuvosa no verão e uma estação seca com duração média de 4 a 5 meses no inverno (Diagnóstico sócio-econômico da microrregião Alto Guaporé – Jauru, 1980 *apud* CEMA, 1994).

O município de Pontes e Lacerda localiza-se na mesoregião 129, na microregião 529 do Alto Guaporé, sudoeste mato-grossense, possuindo uma extensão territorial de 14.747,11km² (Ferreira, 1997). O acesso a Pontes e Lacerda, em seu trecho de serra passa pelos metarenitos das formações Fortuna e Morro Cristalino do Grupo Aguapei e por rochas do Complexo Xingu, representadas por granitos, biotita-gnaiss, migmatitos, hornblenda-gnaiss, xistos, filonitos e milonitos. Ao atingir o sopé da serra, passa por um trecho de aluvião correspondente à área do rio Sararé, composto por areias, siltes, argilas, cascalhos e sedimentos característicos de planície de inundação. Ocorrem, predominantemente, solos rasos e pouco desenvolvidos como: litólicos, concrecionários, arenosos finos com concreções limoníticas, aforamentos de rochas e materiais remobilizados resultantes do garimpo. Todos os solos da Chapada dos Parecis são de regular fertilidade, evidenciada pela presença de gramíneas de pequeno porte. Nos fundos do vale ocorrem solos mais desenvolvidos e férteis com vegetação de porte arbóreo (ECP, 1.997).

No contexto geral, a área apresenta a inexistência de solos desenvolvidos, o que reduz a ocorrência de problemas de estabilidade de taludes e de erosão para as áreas. A presença dominante de solos concrecionários e arenosos de baixa coesão e grande permeabilidade, formando uma camada com espessuras máximas em torno de 1 m, em todos os setores aplainados e levemente ondulados do topo da serra e ausência sistemática de feições erosivas lineares, evidencia a importância da

infiltração das águas pluviais na dinâmica superficial.

Uma parte das águas infiltradas abastece o aquífero mais profundo, de natureza fissural, e uma parte importante sofre escoamento subsuperficial formando as nascentes dos cursos d'água locais como os córregos Casarão e Cabeceira (ECP, 1997).

Os rios que drenam a região fazem parte da Bacia Hidrográfica do Vale do Guaporé, fazendo parte da Bacia Amazônica. Seus afluentes da margem direita, assim como o próprio rio Guaporé, têm suas nascentes na borda sudoeste do Planalto dos Parecís e, ao se transporem as escarpas da serra, seguindo em direção à área depressionária, apresentam-se com inúmeras cachoeiras e corredeiras. O principal afluente neste trecho da margem direita é o rio Galera. Ao deixar a escarpa do Planalto dos Parecís formam-se amplas planícies aluviais da Formação Guaporé. Os afluentes da margem esquerda nascem na serra Santa Bárbara e drenam a extremidade sul da depressão. O principal deles é o rio Alegre e pela esquerda são os afluentes do rio Guaporé. O rio Sararé merece destaque porque adentra os pantanais formando, inicialmente, uma faixa marginal de planície. Este rio corre em direção sul até receber o rio Pindaituba pela margem esquerda até atingir o rio Guaporé (Araújo *et al.*, 1998).

O regime do rio Guaporé acompanha o regime da precipitação, com maior vazão entre os meses de fevereiro e abril e vazão mínima entre os meses de agosto a outubro. A média de longo período é de 31,2 m³/s. As características de bacia contribuinte, a alta permeabilidade dos solos, o relevo suave e a vegetação de cerrado e/ou transição, garantem altas vazões na estiagem, as quais, em anos normais raramente baixam a 20 m³/s. As vazões na cheia atingem 100 m³/s. O lençol freático no local relaciona-se à camada coluvionar. Logo à montante foram observadas algumas nascentes pouco acima da cota do nível d'água do rio. Nesta mesma porção montante, ocorrem regiões alagadiças, onde o freático aflora (CEMA, 1994).

Os domínios fitogeográficos do território brasileiro, incluindo a região em estudo, foram levantados com mais detalhes, através de duas publicações de 1966, as quais, através de um mapeamento, situaram na região de estudo o convívio de formas e tipos de vegetações distintas. Uma das publicações, locou áreas de Florestas Mesófilas, Cerrado e Florestas de Terra Firme e do Baixo Amazonas ,

distingue áreas de cerrado e floresta pluvial tropical semi caducifolia amazônica, sendo que o último define a ocorrência destes tipos de vegetação de acordo com a gênese e a fertilidade dos solos (CEMA, 1994).

Segundo o Projeto RADAM BRASIL (1982) ocorrem na região Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta Submontana, Savana Arbórea Aberta com Floresta de Galeria e Floresta Estacional Semidecidual Submontana. A flora local está situada na vertente sul da Chapada dos Parecis, situada em região de disfunção de duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas: a Amazônica e a Platina.

São também encontradas áreas de Cerrado ou Savana como descrito pelo RADAM BRASIL (1982). Esta tipologia vegetal é atribuída às condições de solo e chuva, principalmente, ligadas à profundidade do lençol freático e ao clima quente, com inverno seco e bem definido. Onde o lençol freático é mais superficial e, aparentemente, onde o solo é mais fértil, são observadas associadas à tipologia do cerrado, formações florestais quase sempre ciliares. É provável que existam influências florísticas da flora de cerrado, devido à proximidade geográfica e semelhança climática e regional.

Segundo Da Silva (2000), a flora amazônica estaria caminhando no sentido sul, partindo de antigos refúgios caracterizados com aproximadamente 15.000 anos.

Apesar dos escassos estudos científicos na literatura corrente da região, fica claro que se trata de uma zona de transição de diversos tipos de vegetação, o que lhe atribui uma importância ecológica inquestionável.

As atividades de pesquisa na reserva realizadas em 1999 pela UFMT, foram desenvolvidas nas seguintes localidades da reserva e adjacências:

- Área particular onde se localizam o Córrego Piscina, Córrego Banhado e sua influência, cujas coordenadas são 02 17722/8365547 UTM; 0216974/8364600 UTM e 0217838/8365348 UTM, respectivamente. Caracterizam-se por apresentar vegetação de Cerrado e Mata de Galeria e pequenas cachoeiras, formando piscinas naturais.
- As parcelas da vegetação para monitoramento a longo prazo, delimitadas em áreas de Floresta Estacional (0228835/8359958 UTM) e Mata de Galeria às margens do Córrego Boqueirão a 3,5km da Aldeia da Serra da

Borda.

- Os levantamentos faunísticos foram realizados em áreas de Cerrado, Cerradão, Mata de Galeria e Floresta Estacional, ao redor da aldeia da Serra da Borda.
- Área de garimpo, constituída por 11 cavas, localizada a 3,5km da aldeia da Serra da Borda, entre as coordenadas 0222414E/8364354N e 0221606E/8364691N UTM, denominado garimpo 10 no Córrego Boqueirão.

1.2.1. Diagnóstico dos meios físico, biótico e social

Segundo Wilson (1997), os trópicos e subtropicais comportam dois terços das quatro a cinco milhões de espécies do mundo. Muitas paisagens naturais encontram-se fragmentadas devido a atividades antrópicas (Fernandez, 1997).

A Floresta Amazônica, com área de 4 milhões de km², sofreu crescente desmatamento de 13.000 km em 1997 a 29.000 km² em 1995 (RAIN FOREST, 1998 *apud* CEMA, 1994).

De acordo com Sánchez (1991), em Mato Grosso entre os anos de 1980 e 1989 foram desmatados 1.644,603 hectares e ainda continuam a desmatar.

A aceleração na perda da biodiversidade tem sido uma constante preocupação por parte de pesquisadores e órgãos de pesquisa que tem procurado incentivar cada vez mais a investigação em todos os setores para garantir a ocupação dessas áreas.

A proteção das áreas naturais está intimamente ligada aos limites das Reservas Indígenas, que também mantêm e protegem as populações indígenas uma vez que áreas remanescentes de Cerrado e Floresta Amazônica, estão inseridas nestes limites.

A partir da década de 60, vários programas de ocupação e colonização foram incentivados pelo governo do Estado de Mato Grosso, o Programa POLO-NOROESTE atingiu especificamente a região oeste (abrangendo a área de estudo)

acelerando seu processo de degradação ambiental e caracterizando-a como a de maior concentração de desmatamentos no estado.

Segundo Madruga (1992) *apud* CEMA (1994), o desmatamento em larga escala garantia a posse de terra, transformando a paisagem local, pela inclusão de pastagens cultivadas nas propriedades de médio a grande porte. Nessa época aparecem as primeiras madeireiras que se utilizavam de espécies nobres, principalmente o mogno.

Na região centro-sul e sul de Jauru, a vegetação natural permaneceu intacta até o início da década de 80, quando, para assegurar a posse da terra, novamente houve grandes desmatamentos e o aparecimento de pastagens.

A fragmentação da vegetação em sua atual área contínua demarcada, poderá ter reflexos no seu tamanho efetivo e no fluxo gênico das populações. Destacam-se aqui os efeitos que conduzirão à readaptação da fauna, tanto no que se refere ao novo equilíbrio da comunidade, quanto à sua movimentação dentro e entre as manchas de vegetação. As espécies associadas à faixa de mata adjacente à beira do rio estão mais sujeitas a impactos com a eliminação de habitats por desmatamentos e redução do número de indivíduos que desaparecerão ou serão afetados em relação ao tamanho de populações que certamente ocorrem nas matas remanescentes.

A Terra Indígena Sararé está inserida na região biogeográfica do Bioma Savânico, tendo fortes influências do Domínio Florestal Amazônico. A vegetação predominante é de Savana, com manchas de Savana gramíneo-lenhosa, e de Campo Rupestre. Neste ecótono aparece uma diversidade de formas vegetacionais, como a Floresta Estacional, Floresta de Galeria, Savana Parque e Savana Arbórea Aberta (RADAM BRASIL, 1982), que comportam habitats e microhabitats disponíveis a uma variada fauna.

Segundo ECP (1997), as Florestas Estacionais possuem espécies vegetais que intercalam as suas fases de fenologia permitindo sua frutificação o ano todo, favorecendo animais frugívoros, destacando-se espécies como *Scheelea phalerata* (acuri), *Hymenea courbaril* (jatobá), *Ficus sp* (figueira) e *Dipteryx alata* (cumbaru). As florestas de galeria, sempre verdes, funcionam como corredores e são ambientes ecológicos favoráveis à reprodução, com grande oferta de alimentos.

A Savana oferece grande quantidade de alimento aos frugívoros, como o *Byrsonima sp* (murici), *Caryocar brasiliensis* (pequi), *Hymenea stignocarpa* (jatobá-do-campo) e *Hancornia speciosa* (mangaba).

Segundo Costa (1998), a família lingüística Nambiquara é independente, sem ligações a qualquer outra da América do Sul. É constituída por três línguas faladas: a Sabanê (dos Nambiquara da Serra do Norte), a Nambiquara do Norte (também dos Nambiquara da Sena do Norte) e a Nambiquara do Sul (dos índios do Vale do Guaporé e da Chapada dos Parecis). Suas aldeias são compostas por casas elípticas e circulares. Após os contatos, a cultura das aldeias vem sofrendo considerável mudança, tanto concernentes à forma quanto à matéria prima empregada. Possuem uma cultura material bastante singela, tendo por princípio acumular estritamente o necessário para prover sua sobrevivência imediata, os objetos básicos às necessidades do cotidiano, da vida doméstica, como eles dizem, cabem dentro de um cesto cargueiro. Em relação a isso, os Nambiquara acreditam que só podem possuir bens materiais que caibam dentro de seus “hatisu”⁷.

Vivem da agricultura, da caça, da pesca, da coleta de diversos frutos silvestres e insetos. A dieta alimentar acha-se de acordo com o ecossistema habitado pelos Nambiquara. A base alimentar para os grupos do Vale do Guaporé é o milho. A ocupação, a organização e a utilização do espaço territorial consiste em utilizar técnicas para o manejo do solo, sendo possível perceber a localização de suas moradias, edificadas em locais estratégicos próximos aos córregos ou rios e de manchas de terras mais férteis, propícias ao plantio, servidas por várias trilhas interligando as diversas aldeias e nichos de caça, pesca e coleta.

As aldeias mais próximas mantêm relações sociais, partilhando os produtos agrícolas com as demais. A movimentação entre as aldeias é fundamental para que se mantenha essa dinâmica social, a coesão da comunidade, e ainda, proporcionando a diversidade genética.

Os “irmãos do chão” dormem diretamente no chão, com a família ao redor da fogueira, próximos uns aos outros. Ao acordar, apresentam-se naturalmente untados com as cinzas provenientes dos resíduos da lenha que ardeu durante toda a noite, aquecendo-os e quebrando a escuridão do interior de sua moradia, informações

⁷ Hatisu – Cestaria artesanal, fabricada a partir de folhas de palmeira, utilizada para colocar todo e qualquer produto agrícola e/ou animal.

confirmadas por Schmidt, 1912:157 *apud* Costa, 1998 e Levy-Strauss 1955:277 *apud* Costa, 1998.

A instalação das fazendas no Vale do Guaporé vem interferir nesta organização social, na medida em que impede a circulação dos índios. Procedendo o desmatamento da área, afastam a caça, alimentação básica desses índios principal fonte protéica animal, privando-os ainda da coleta de mel e frutos silvestres.

O fator religioso influencia no cotidiano dos índios, pois estes acreditam que as matas são habitadas por seres mágicos poderosos e, assim, acham prudente manter uma certa distância.

Segundo relatos de indigenistas que residem na Reserva Indígena Sararé, quando um índio morre, a família convida os amigos e parentes para “chorar”, seu corpo é enterrado no pátio da aldeia, mas seu espírito deve ser conduzido até um local onde ele deverá habitar. O responsável por isso é o pajé da tribo, que tem a missão de conduzir esse espírito até o local denominado “Morada dos Espíritos”. Na área existem várias casas dos espíritos, que se localizam em áreas montanhosas nas frestas da serra. A missão de conduzir o espírito parece ser perigosa, dentro da crença dessa etnia, por isso o pajé não a cumpre sozinho, indo acompanhado por outro pajé ou um aprendiz.

Para os Nambiquara, o espírito pode ser bom ou ruim e a índole depende do desprendimento deste com o mundo terreno. Então o espírito de uma criança seria muito menos maléfico que o de um velho, pois esse idoso estaria muito mais ligado às coisas terrenas. Os índios crêem que, ao estar o espírito revoltado, este poderia se transformar em um ente mítico denominado “ATASSU”, um ser mutante descrito pelos índios como um animal grande sendo uma mistura de macaco e onça. Este ser seria mau, e é muito temido por eles. Sendo por isso, muito grande a responsabilidade do pajé de conduzir e convencer o espírito de que sua vida terrena acabara. Os índios acreditam ainda que, ao sair para caçar (jovem ou velho), sem retornar, este teria se transformado no ser mutante. Os “ATASSUS” habitariam próximo à casa dos espíritos e andariam pelas matas, causando temor, principalmente às crianças, impedindo que estas saiam sozinhas à noite. O diagnóstico aqui compilado através de inventários de campo de aspectos bióticos e abióticos, contribuiu com a base de dados biológicos da região, em virtude da carência dessas informações.

Estes estudos subsidiarão as propostas de criação da Unidade de Conservação em área adjacente à reserva e a recuperação de área degradada por garimpo, e que com estas ações objetiva-se a manutenção e o resgate da biodiversidade da região auxiliando no restabelecimento do equilíbrio de vida da comunidade Katitauru, etnia Nambiquara da regularização da Terra Indígena Paukalirajausu.

1.2.2. Análise dos impactos ambientais

Um grupo de alunos e professores do Curso de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade da UFMT, sob a Coordenação da Profa. Dra. Carolina Joana da Silva, realizaram, em 1999, um estudo minucioso da área da Terra Indígena, contemplando os seguintes fatores ambientais:

- levantamento ecológico rápido na área proposta para criação da Unidade de Conservação: através de transecto linear foram caracterizadas a vegetação, fauna (aves e mamíferos), aspectos geológicos, geomorfológicos e culturais.
- parcelas de monitoramento a longo prazo: foram feitas parcelas amostrais de 20x50m da vegetação (Martins, 1993), na área de Floresta Estacional e na localidade denominada “Boqueirão”, na Mata de Encosta, às margens do Córrego Boqueirão. Inventariaram-se todos os indivíduos com DAP maior ou igual a 40cm, obtendo-se também informações da altura total e da primeira ramificação do caule e anotadas as características vegetativas e reprodutivas destas espécies, para posterior confecção de chave dicotômica. Listaram-se os indivíduos de outros estratos, bem como a caracterização da parcela em relação à luminosidade e camada de serrapilheira.
- levantamento faunístico: o levantamento da avifauna foi efetuado através da técnica de captura, marcação e recaptura com auxílio de redes de neblina (“mist-nets”), complementada por observação à vista desarmada ou com auxílio de binóculo (7x35mm), além da identificação por zoofonia. O levantamento da mastofauna foi realizado através de observação de sinais como rastros, fezes, vestígios de hábito alimentar, tocas ou abrigos e carreiros.

- reconhecimento da área do garimpo: observação “in loco” da degradação decorrente da mineração de ouro, identificando o número de cavas, a vegetação pioneira que se estabeleceu no local (estádio sucessional), bem como elencando pontos da situação ambiental em que se encontra a área em questão, subsidiando uma proposta para a recuperação da área antropizada.

Entre os muitos desafios que os pesquisadores e os dirigentes dos setores responsáveis pela ordenação de áreas naturais enfrentam, estão a força e a intensidade da ocupação destas áreas nos últimos anos.

Fronteiras antes quase intransponíveis, hoje, alojam povoados que “crescem” com desordenada rapidez, abrindo novas estradas nas matas, retirando madeira, contaminando rios e ar com resíduos tóxicos, revolvendo o solo a procura de metais nobres ou mesmo queimando e desmatando, para abertura de novas e baratas fronteiras agrícolas para atender a “demanda” de mercado.

Dado que nas últimas décadas a aceleração da corrida pró-ocupação de áreas dizimou grande parte de florestas, somado aos diversos problemas ambientais trazidos, está o fato da quase inexistência de um banco de dados sobre a maioria das sub-regiões do Estado de Mato Grosso.

O resultado da falta de subsídios são planejamentos incertos, seguindo rumos que, em sua maioria, acaba em permissividade para com os desastres ecológicos que se sucedem, por ausência de informações que amparem de forma concreta estas ações. Disto tira-se como lição a extrema necessidade de se levantar dados que identifiquem a biodiversidade e mesmo auxiliem a categorizar áreas a serem prioritariamente protegidas e que estes resultados com o atentar necessário, sejam incorporados aos planejamentos que têm como objetivo final as políticas públicas.

A necessidade de se ampliar as áreas a serem de alguma forma protegidas e se formalizar as que já se encontram enquadradas, faz com que a comunidade científica se una às entidades não governamentais, fazendo com que a sociedade civil mostre sua vontade e sua preocupação para com o futuro do Planeta em que vive.

A relevância ecológica da Área de Proteção Ambiental da Terra Indígena Sararé, chama atenção por suas características naturais peculiares, a intensidade da força de sua cultura e os tristes fatos de sua história recente. Neste último item

ressaltasse aqui, por ser objeto deste estudo, a pressão sofrida pela ocupação violenta e ilegal de suas terras, bem como o uso destinado às suas áreas naturais, como o garimpo e a exploração de madeira, o que acarretou com isto perda de habitats, degradação de uma biodiversidade ainda pouco conhecida, além da possível contaminação por mercúrio na vida daquela comunidade e dos organismos que consomem.

A pesquisa realizada pela UFMT teve como objetivo maior a conservação de fragmentos de áreas naturais, bem como a preservação religiosa-cultural de uma nação indígena, através da proposição de uma Área de Proteção Ambiental para o entorno da Reserva Indígena Sararé, procurando conter a pressão e o avanço da ocupação regional daquela área e assegurar as possibilidades de uso prolongado para os índios ali residentes, do local por eles chamado de “Morada dos Espíritos”.

Durante o percurso na área de estudo, foram observadas espécies vegetais, algumas de grande importância para esta comunidade.

Para a delimitação de parcelas de monitoramento a longo prazo, utilizam-se áreas com possibilidades mínimas de perturbações como desmatamento, queimadas e outros. Estes locais serão monitorados pelos índios e usados pelos professores das aldeias para suas aulas, contribuindo com o conhecimento dos alunos sobre aspectos da vegetação e principalmente a valorização da biodiversidade. As parcelas serão banco de informações genéticas, culturais e ecológicas.

Nestas atividades de campo foram delimitadas duas parcelas para esse fim. Para facilitar a identificação das plantas, estas foram enumeradas e uma chave dicotômica para cada espécie será elaborada.

Na parcela 1 (Floresta Estacional) foram amostrados 38 indivíduos, distribuídos em 16 famílias e 18 espécies. Na parcela 2 (Mata de Encosta Boqueirão), foram amostrados 44 indivíduos distribuídos em 20 famílias e 23 espécies.

Considerando-se a similaridade florística entre as duas parcelas, aplicando o índice de SORIENSEN (Laroca, 1995), obteve-se 19,51% salientando-se a baixa similaridade florística entre as duas áreas.

As espécies com maior número de indivíduos nas duas parcelas foram:

Pseudolmedia laevigata (Parcela. 1 — 12 indivíduos e na parcela. 2 — 5 indivíduos) e *Metrodora stipularis* (Parcela 1 — 8 indivíduo e parcela 2 — 11 indivíduos). Silva Júnior & Felfili (1996) e Silva Júnior *et al.* (1998), citam estas espécies como presentes nas Matas de Galeria do Cerrado do Distrito Federal, afirmando que nesta fitofisionomia contém espécies de Mata Amazônica, Cerrado s.s., Matas Mesofíticas do Brasil Central.

Os indivíduos do sub-bosque (com DAP menor que 40 cm) e do estrato arbustivo foram identificados, evidenciando a regeneração.

No estrato arbustivo foram evidenciados muitos indivíduos de *Bactris major* (tucum) nas clareiras, sendo esta espécie muito importante culturalmente para comunidade Nambiquara, para fazer artesanatos e consumo de frutos. Segundo LORENZI *et al.* (1996), os frutos desta palmeira são utilizados avidamente pela fauna silvestre e se multiplica por semente.

No estrato herbáceo observou-se inúmeras plantas das espécies presentes na parcela e muitos indivíduos de *Adiantum trapeziforme* (avencão).

Na parcela 1 foi observada população de *Guadua paniculata* (bambu) na área mais aberta ou clareira.

Na parcela 2 ocorreu a palmeira *Socrotea exorrhiza* (sete-pernas), que também tem seus frutos utilizados na alimentação da comunidade local.

Como banco genético as duas parcelas possuem espécies vegetais que em sua maioria são utilizadas pela comunidade indígena local, fornecendo frutos, palmitos, folhas, raízes e madeiras (comercializáveis). São importantes também pois seus frutos servem de alimento para animais, facilitando-lhes a caça.

1.2.3. Caracterização da vegetação e levantamento de avifauna e mastofauna no cerrado e entorno

O cerrado e seu entorno, da Terra Indígena Sararé, são ricos em espécies vegetais com potencial alimentício, medicinal, artesanal e madeireiro, tomando-se necessário o monitoramento para a preservação destas espécies de grande importância à comunidade local.

A avifauna levantada na área estudada está evidenciando a presença de espécies ecologicamente importantes por se tratarem de indivíduos indicadores de cadeia alimentar completa, estando no seu ápice, como por exemplo *Harpia harpyja* (gavião-real), cujo ninho foi observado na Floresta Estacional, na região central da Reserva Indígena. Outra espécie que exerce o mesmo papel funcional é *Cathartes aura* (urubu-de-cabeça-vermelha), também observado na mesma formação florestal. A presença marcante do *Lipagus vociferans* (seringueiro ou poaeiro) vem confirmar a formação florestal, já que este é considerado um indicador de Mata Amazônica.

A partir das observações, foram evidenciados rastros de importantes espécies de mamíferos de grande porte, muitas ameaçadas de extinção, ressaltando a importância deste fragmento florestal como refúgio e nicho para a manutenção gênica, propiciando a caça como atividade de subsistência da comunidade Nambiquara.

1.2.4. Proposta de recuperação da área degradada por garimpo na Terra Indígena Sararé

O garimpo só no Córrego do Ferrugem (uma das 11 lavras clandestinas existentes) na área da Reserva Indígena Sararé teve início em meados de 1992. No seu auge, entre 1993 e 1995, chegaram a funcionar na área, 30 dragas retirando cerca de 20% de ouro por turno de 24 horas. Esta atividade causou sensíveis danos ao ambiente.

Com o objetivo de elaborar um plano de recuperação do ambiente degradado pela atividade garimpeira, foi realizado um levantamento da área, observando-se os aspectos de importância para tal trabalho.

1.2.4.1. Desmatamento ou distúrbios causados à vegetação

A vegetação no entorno da área do garimpo foi bastante alterada, uma vez que foram derrubadas árvores para abertura de trilhas, trânsito de veículos e formado clareiras para acampamentos, depósitos e outras instalações utilizadas pelos garimpeiros.

Junto aos vários morrotes de cascalho presentes na área, foram observadas várias árvores mortas, principalmente palmeiras.

Conforme explicado pelo indigenista da reserva, um resíduo lamacento da lavagem do cascalho, denominado “melexete”, cobria todo o solo do local, em camadas de grande profundidade, o que pode ter causado a morte destas árvores por asfixia.

1.2.4.2. Alterações no leito e margens do córrego Ferrugem

O curso do córrego do Ferrugem foi modificado, não sendo possível a identificação do traçado original. As margens do mesmo apresentavam sinais de erosão intensa, causada pela retirada do cascalho com jatos d’água, bem como a retirada da vegetação e que, segundo Rezende (1998), as Matas de Galeria atuam como barreira física, regulando os sistemas de troca entre os sistemas terrestres e aquáticos, desenvolvendo condições propícias à infiltração. Então, a presença dessa formação vegetal reduz a possibilidade de contaminação dos cursos d’água bem como erosões das margens.

1.2.4.3. Avaliação do volume dos morrotes de cascalho e das cavas

O cascalho lavado foi deixado no local em pilhas de altura variável, denominadas “morrotes”. Entre os morrotes formaram-se cavas, ocasionando estagnação de água.

O volume dos morrotes de cascalho a serem removidos e das cavas a serem preenchidas foi estimado em 3.000m³.

1.2.4.4. Identificação de espécies pioneiras

Para conhecimento das plantas com potencial de uso na recuperação da área do garimpo, foi realizado um levantamento das espécies pioneiras estabelecidas nos morrotes de cascalho.

Os cuidados a serem tomados para não desencadear processos erosivos acelerados na área consiste em não permitir o aumento excessivo do escoamento superficial e maximizar a infiltração, como por exemplo em solos arenosos de veredas, susceptíveis à erosão devido à baixa textura e à baixa coesão, que exercem a função de perenização de córregos, sendo áreas frágeis ao processo de dinâmica superficial, uma vez que muitos córregos que descem a Serra da Borda, transbordam na época das chuvas, alagando parte do terreno (ECP, 1997).

Ao se remover a cobertura vegetal e ao subtraírem solos em diferentes níveis, expõem-se camadas que se encontram abaixo da superfície, mais susceptíveis à erosão, inicialmente sob forma de sulcos, podendo evoluir para formas mais graves desse processo. O material mais inconsolidado fica mais sujeito à ocorrência destes processos. Solos com características de serem bastantes arenosos e pobres ou totalmente desprovidos de cobertura vegetal poderão estar susceptíveis, e acarretar processos erosivos que aumentarão a taxa de assoreamento à jusante (CEMA, 1994).

Para a recuperação de área de garimpo, optou-se pela regeneração natural da vegetação nativa, sendo que no entorno dessa áreas serão empregadas as espécies vegetais com potencial de usos pela comunidade indígena local que foram elencadas nas parcelas de monitoramento a longo prazo e nos levantamentos florísticos.

Pelo levantamento ecológico rápido realizado na Terra Indígena Sararé, ficou evidenciada a grande diversidade biológica presente neste fragmento de floresta, e o potencial biótico desta área sofrerá menor processo de antropização com a criação da Área de Proteção Ambiental e de um projeto agrosilvopastoril sustentável, mantendo-se assim um ambiente em equilíbrio: Comunidade Nambiquara — Natureza.

1.3. Ocupação física e gestão atual da área

Atualmente a Terra Indígena Sararé, na sua parte sul, conta com um posto da FUNAI, conhecido como PIV, tem uma casa sede recém-construída na qual mora o chefe do posto e sua família, e uma outra necessitando de recuperação, a qual vem servindo como alojamento à Coordenação de Campo do Projeto Palmeiras, FUNAI, pesquisadores e eventuais visitantes.

Ainda na parte sul da reserva existe um pequeno curral de bovinos, que vem sendo utilizado para a apartação de bezerros e retirada de leite pelos próprios índios. Próxima à entrada da reserva, existe o aldeamento denominado PIV, onde vivem duas famílias em suas respectivas malocas. Na parte central da reserva existe outro aldeamento denominado Aldeia Nova, onde vivem duas famílias.

Próximo à extremidade norte, na Serra da Borda existe novo aldeamento com mais duas malocas, um alojamento para visitantes, uma escola e um viveiro de mudas de palmeiras e algumas espécies frutíferas. Este viveiro faz parte do Projeto da ONG Associação Novo Encanto, que é a entidade precursora do Projeto Educação Ambiental em Palmeiras, implementado a partir de 1999, e com previsão de consolidação dos seus objetivos para Agosto do corrente ano.

Na parte leste da reserva, próximo a BR-174 encontra-se o aldeamento principal, onde existem 06 famílias, um posto de saúde, a sede da Associação Indígena do Sararé e uma pequena casa dos missionários.

Atualmente existe uma gestão compartilhada na Reserva Indígena do Sararé, em que são parceiros: a Associação Indígena do Sararé e a FUNAI. A FUNAI através do chefe de posto, atua na fiscalização de todo o entorno da reserva, e propicia o acompanhamento e assistência aos índios nos seus diversos agrupamentos.

Ainda desenvolvem ações comunitárias através da execução de projetos de desenvolvimento e pesquisa a Associação Novo Encanto (Gestora do Projeto Educação Ambiental e Palmeiras) que mantém um coordenador de campo (indigenista) permanente na área e, uma pesquisadora de uma universidade holandesa, a qual desenvolve sua tese de doutorado num estudo aprofundado sobre lingüística, especificamente sobre a gramática Nambiquara.

Entendemos que muito embora diversas atividades tenham se desenvolvido ao longo dos tempos na tentativa de melhorar as condições de vida dos Katitauru, o quadro atual revela uma expressiva dependência indígena de bens materiais e de assistencialismo. Projetos de natureza similares, desenvolvidos em outras regiões do país como nas comunidades indígenas do Acre e do Amazonas, demonstra a possibilidade de reverter à dependência assistencialista e o consumismo por um despertar de autonomia local e gestão territorial do patrimônio cultural e econômico dos katiaturu.